



SIMULADO FINAL

TCE SC

Auditor Fiscal De Controle Externo

Administração - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TCE-SC, cargo de Auditor Fiscal de Controle Externo - Administração;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/LKESHvu6AQip3hQHA>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4ffyQCo>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Felipe Luccas

1. Leia a frase a seguir.

Ele vive dizendo que não faz parte da classe política local, mas é porque ainda não percebeu que reproduz exatamente os mesmos vícios daquela corja.

Sobre a significação ou a estruturação dessa frase, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A palavra *corja* assume um valor pejorativo na frase.
- b) A expressão *classe política local* é recuperada pelo termo *corja*.
- c) O termo “que” funciona como conjunção integrante em ambas as ocorrências.
- d) O pronome demonstrativo *daquela corja* se refere a algo não explicado no texto.
- e) O pronome *Ele* não aparece repetido na frase, mas está implícito nas formas verbais *faz*, *percebeu* e *reproduz*.

2. Assinale a frase em que o termo sublinhado se refere a algo expressamente mencionado antes.

- a) O trânsito estava um verdadeiro caos; os carros se acumulavam por quilômetros a fio.
- b) Continuo à procura de um apartamento, pois preciso encontrar um teto o quanto antes.
- c) Com a areia repleta de gente, o clima era de total descontração entre os banhistas.
- d) O número de servidores públicos cresceu no Brasil. Alguns setores criticam o excesso de ocupantes de cargos comissionados.
- e) Os alunos entraram em greve junto com os professores; a principal pauta dos discentes é a defesa de melhorias para a instituição.

3. A substantivação é um processo sintático de transformar outras classes de palavras em substantivos.

A frase em que isso NÃO ocorre é:

- a) “O recatado de longos meses era agora (castas estrelas!) nada menos que um libertino.” (*Quincas Borba*)
- b) “O mais do tempo é gasto em hortar, jardinar e ler; como bem e não durmo mal.” (*Dom Casmurro*)
- c) “Levantou-se com o passo vagaroso do costume, não aquele vagar arrastado dos preguiçosos” (*Dom Casmurro*)
- d) “Então o Imperador dava outra vez a mão a beijar, e saía, acompanhado de todos nós” (*Dom Casmurro*)
- e) “Comíamos, é verdade, mas era um comer virgulado de palavrinhas doces” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

4. Em todas as frases abaixo, os termos sublinhados foram substituídos, na continuidade da frase, por pronomes. A única frase em que o pronome substituto **não** é um pronome relativo, como os demais, é:

- a) Tudo o que muda a vida vem quieto no escuro, sem preparos de avisar. (*Guimarães Rosa*)
- b) O único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário. (*Stubby Currence*)
- c) Quem engana sempre vai encontrar alguém por quem se deixará enganar. (*Maquiavel*)
- d) Das habilidades que o mundo sabe, essa ainda é a que faz melhor: dar voltas. (*José Saramago*)
- e) Nossos motivos mais débeis são aqueles de cuja natureza temos consciência. (*Oscar Wilde*)

5. Assinale a opção em que o elemento destacado possui função diferente dos demais.
- a) Ganhei aquele velho casaco de lã.
 - b) A criança chorava de medo do escuro.
 - c) As provas incriminaram o suspeito de fraude fiscal.
 - d) Todos comentavam de futebol na parada de ônibus.
 - e) Todas as manhãs varriamos o quintal de vassoura de palha.
6. Nas frases abaixo os sinais de pontuação foram substituídos por conectores.
- Assinale a frase em que isso foi feito de forma adequada.
- a) “A palavra é prata, o silêncio é ouro.” (Provérbio popular) / conquanto
 - b) “Eu não escrevo em português. Escrevo eu mesmo.” (Fernando Pessoa) / logo
 - c) “Viver é a coisa mais rara do mundo. A maioria das pessoas apenas existe.” (Oscar Wilde) / embora
 - d) “Minha vida é uma colcha de retalhos. Todos da mesma cor.” (Mario Quintana) / e
 - e) “A imaginação é mais importante que o conhecimento. O conhecimento é limitado.” (Albert Einstein) / ao passo que
7. Assinale a opção que mostra, corretamente, duas frases com tipos diferentes de voz passiva.
- a) Não se desespere com o futuro. / Você não seja desesperado com o futuro.
 - b) Os representantes da turma foram eleitos em votação aberta. / Elegeram os representantes da turma em votação aberta.
 - c) As obras de Beethoven ainda são ouvidas por gerações. / Por gerações, continuam sendo ouvidas as obras de Beethoven.
 - d) Compraram-se ontem várias lembranças para os visitantes. / Para os visitantes, ontem várias lembranças foram compradas.
 - e) Destruíram-se as vidraças dos prédios públicos no protesto. / Manifestantes destruíram as vidraças dos prédios públicos no protesto.
8. Assinale a opção que apresenta a frase que está rigorosamente de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.
- a) Os jesuítas realizavam sua missão evangelizadora por meio da catequização dos povos indígenas.
 - b) Aos professores do Brasil, hoje meu parabéns é dedicado especialmente para vocês.
 - c) O paciente relatou uma queda na libido após o início do tratamento prescrito.
 - d) Parques, ciclovias e praças tratam-se, pelo urbanista, de áreas de convívio essencial.
 - e) O professor não permitiu com que o aluno entregasse o trabalho em outro dia.
9. As frases abaixo mostram um nome próprio sublinhado. A frase em que esse nome próprio foi eficientemente identificado para o leitor é:
- a) Sou amigo de Platão, mas sou mais amigo da verdade. (Aristóteles)
 - b) Nunca se esqueça que tudo o que Hitler fez na Alemanha era legal. (Martin Luther King)
 - c) Até a legendária Atlântida / na noite em que o mar a engoliu / viu afogados gritar por seus escravos. (Bertolt Brecht)
 - d) Maquiavel, fingindo dar lições aos Príncipes, deu grandes lições ao povo. (Jean-Jacques Rousseau)
 - e) Herói nacional, o túmulo do marechal Floriano Peixoto foi transmutado na arca da aliança da rebeldia impenitente. (Euclides da Cunha)
10. Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.
- a) Ser você mesmo exige coragem.
 - b) Quem procura, sempre acha.
 - c) Não busquemos ser servidos, mas servir.
 - d) Todos querem ser felizes aqui e agora.
 - e) Não só de conquistas a vida é feita.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO*Eduardo Mocellin*

11. Um engenheiro do TCE SC está acompanhando a execução de um reservatório de água em uma obra pública. No primeiro mês, foi executado $\frac{1}{3}$ da obra. No segundo mês, foi executada a metade do que estava faltando para a obra ser concluída. No terceiro mês, foi executado $\frac{1}{9}$ da obra. A fração da obra que falta ser concluída é

- a) $\frac{1}{9}$.
- b) $\frac{1}{3}$.
- c) $\frac{2}{9}$.
- d) $\frac{1}{6}$.
- e) $\frac{1}{4}$.

12. O presidente do TCE SC determinou que, nos primeiros 100 dias de sua gestão, em caráter emergencial, fossem realizados plantões especiais nos serviços de atendimento ao público em todos os sábados e domingos daquele período. Se o primeiro dia desse mandato caiu em uma sexta-feira, o total de plantões especiais realizados no período de 100 dias foi igual a

- a) 26.
- b) 27.
- c) 28.
- d) 29.
- e) 30.

13. O valor mensal p de um contrato de prestação de serviços firmado pelo TCE SC deveria ser reajustado a cada mês com a taxa fixa de 3%, aplicada sobre o valor do mês imediatamente anterior. Um cálculo que pode ser utilizado para determinar a porcentagem total de reajuste (R) desse valor, após 12 meses desses reajustes, é

- a) $R = (1,3 \times 12 - 1) \times 100\%$.
- b) $R = (1,3^{12} - 1) \times 100\%$.

c) $R = (1,03 \times 12 - 1) \times 100\%$.

d) $R = (1,03^{12} - 1) \times 100\%$.

e) $R = (1,03^{11} - 1) \times 100\%$.

14. Bruno, auditor do TCE SC, realiza inspeções deslocando-se de carro. Em sua penúltima missão, percorreu 1 quilômetro a cada 90 segundos. Ele fez isso durante 12 minutos. Em sua última missão, Bruno acelerou e percorreu 1 quilômetro a cada 75 segundos. Ele fez isso também durante 12 minutos. A distância a mais, em metros, que Bruno percorreu na última missão, em relação à penúltima, é igual a

- a) 2.200.
- b) 1.850.
- c) 1.600.
- d) 1.420.
- e) 1.390.

15. O TCE SC implantou uma central com 3 servidores eletrônicos de monitoramento independentes, conectados a setores distintos. No momento de qualquer alerta crítico, os três servidores enviam notificações codificadas simultaneamente. A partir daí, um deles repete o envio da mensagem a cada 15 segundos, o outro a cada 25 segundos, e o terceiro, a cada 30 segundos. Caso ocorra qualquer alerta crítico, o menor intervalo de tempo decorrido entre envios simultâneos de mensagens pelos três servidores será igual a

- a) 3 min 15 s.
- b) 2 min 50 s.
- c) 2 min 30 s.
- d) 2 min 25 s.
- e) 1 min 50 s.

16. Mara, Roberta, Alice e Vivian, auditoras do TCE SC, receberam, cada uma, uma pasta de auditoria sobre um setor distinto da administração pública. Os setores eram Material, Recursos Humanos, Aquisições e Veículos, sendo que cada uma das quatro auditoras recebeu uma pasta cujo nome do setor não começava com a primeira letra do seu nome. Sabe-se que Alice recebeu a pasta de Recursos Humanos, e que nem Roberta nem Vivian receberam a pasta de Aquisições. Sendo assim, é correto afirmar que

- a) Vivian recebeu a pasta de Veículos.
- b) Vivian recebeu a pasta de Material.
- c) Roberta recebeu a pasta de Material.
- d) Mara recebeu a pasta de Veículos.
- e) Roberta recebeu a pasta de Recursos Humanos.

17. O setor de protocolo do TCE SC resolveu modernizar sua estrutura. Funcionando 18 horas por dia, os equipamentos antigos processavam 2.750 documentos por mês. Ao realizar a substituição de todos os equipamentos por novos sistemas mais modernos, percebeu-se que os novos equipamentos processam, em um mesmo intervalo de tempo, 120% dos documentos processados pelos antigos. Além disso, por conta do avanço tecnológico, os novos sistemas são mais resistentes, de modo que ficarão ligados 24 horas por dia. Após a atualização do parque tecnológico, o aumento do número de documentos processados mensalmente pelo setor foi de

- a) 1.650.
- b) 2.100.
- c) 2.900.
- d) 3.350.
- e) 4.400.

18. No sistema eletrônico de auditoria do TCE SC, cada relatório é codificado por uma sequência composta apenas pelos algarismos 3 ou 5. A sequência formada pelos códigos dos relatórios é

$((3, 5); (3, 3, 3); (5, 5); (3, 3, 5); \dots)$, em que cada termo é, por sua vez, uma sequência contendo apenas os números 3 ou 5. Dentro da lógica de formação da sequência, cada termo deve ter o menor número possível de elementos. Dessa forma, o número de elementos contidos no décimo oitavo termo é igual a

- a) 4.
- b) 6.
- c) 7.
- d) 8.
- e) 5.

19. Tatiana, Beatriz, Camila e Diana, servidoras do TCE SC, sentam-se em uma mesa hexagonal de uma sala de reuniões, com seis assentos dispostos um em cada vértice. Sabe-se que Camila se senta imediatamente à direita de Tatiana e em frente a Beatriz; e que Diana não se senta em frente a um lugar vazio. Dessa forma, é correto afirmar que, necessariamente,

- a) Beatriz se senta imediatamente ao lado de dois lugares vazios.
- b) Diana se senta imediatamente ao lado de Beatriz.
- c) Tatiana se senta em frente a Beatriz.
- d) Camila se senta imediatamente ao lado de dois lugares vazios.
- e) Camila está tão distante de Beatriz na mesa quanto está de Tatiana.

20. Em uma reunião entre auditores do TCE SC sobre experiência profissional, concluiu-se que: alguns servidores do setor A já atuaram no setor B; nenhum servidor do setor C já atuou no setor B. Considerando-se tais conclusões como verdadeiras, é necessariamente verdadeiro que

- a) algum servidor do setor C já atuou no setor A.
- b) algum servidor do setor A já atuou no setor C.
- c) nenhum servidor do setor A já atuou no setor C.
- d) algum servidor do setor A nunca atuou no setor C.
- e) todo servidor do setor B já atuou no setor A.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Rodrigo Bet*

21. No âmbito das ações de controle externo realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, determinado auditor analisou informações relacionadas à celebração de acordo de não persecução civil em ação de improbidade administrativa. À luz da Lei nº 8.429/1992 e da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- a) O acordo de não persecução civil somente pode ser celebrado antes do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- b) A homologação judicial do acordo de não persecução civil é vedada após a sentença de mérito.
- c) O acordo de não persecução civil pode ser celebrado no curso da investigação, da ação ou da execução da sentença.
- d) O descumprimento do acordo impede a celebração de novo ajuste pelo prazo máximo de 2 anos.
- e) A celebração do acordo dispensa a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida.

22. Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, discutiu-se a responsabilização de determinado agente público por ato de improbidade administrativa. Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) As sanções por improbidade administrativa dependem da prévia aplicação de sanções penais.
- b) A absolvição criminal jamais produz efeitos sobre a ação de improbidade administrativa, em razão da independência das instâncias.
- c) O agente absolvido na esfera penal por insuficiência probatória não poderá responder por improbidade administrativa.
- d) A apresentação da declaração de bens somente é exigida na posse do cargo público.
- e) As sanções aplicadas em outras esferas poderão ser compensadas com aquelas impostas nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

23. Em auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, verificou-se que determinada pessoa jurídica pretendia celebrar acordo de leniência com fundamento na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Considerando os requisitos legais para celebração do acordo, assinale a alternativa correta.

- a) O acordo de leniência poderá ser celebrado ainda que a pessoa jurídica continue praticando a infração após a proposta do acordo.
- b) A pessoa jurídica interessada deve admitir sua participação no ilícito e cooperar plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo.
- c) A celebração do acordo exige autorização prévia do Poder Judiciário.
- d) A pessoa jurídica não precisa ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito.
- e) A cooperação da pessoa jurídica encerra-se com a assinatura do acordo de leniência.

24. No contexto das normas de conduta digital previstas no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a Resolução TCE-SC nº 252/2024 dispõe sobre o uso de redes sociais durante o expediente. Com base nessa resolução, assinale a alternativa correta.

- a) O uso de redes sociais durante o expediente é integralmente proibido aos servidores do TCE-SC.
- b) O uso de redes sociais durante o expediente é permitido apenas para fins particulares e em horários de intervalo.
- c) O uso de redes sociais durante o expediente é permitido exclusivamente para fins relacionados ao interesse público, como contato técnico, consulta de conteúdo, resposta ao cidadão e melhoria institucional.
- d) A utilização de redes sociais durante o expediente depende de autorização judicial específica.
- e) O acesso a redes sociais durante o expediente é permitido livremente, desde que não haja divulgação de informações sigilosas.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO - LEIS 8.429 E 12.846

Antônio Daud

25. A empresa Tecnovia S.A., envolvida em cartel em licitações de obras públicas estaduais, procurou espontaneamente a Controladoria-Geral do Estado para colaborar com as investigações. A empresa confessou sua participação, identificou outros coautores e forneceu documentos que comprovavam o esquema. Após cumpridas as negociações, a CGE celebrou um acordo de leniência com a Tecnovia S.A. O advogado da empresa passou a orientar os clientes sobre os exatos benefícios obtidos com a celebração do acordo.

Sobre os efeitos do acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O acordo de leniência isenta a Tecnovia S.A. das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, inclusive a multa e o ressarcimento ao erário.
- b) O acordo isenta a empresa da publicação extraordinária da decisão condenatória e da proibição de receber incentivos públicos, mas não a exime da obrigação de reparar integralmente o dano.
- c) O acordo de leniência impede automaticamente o ajuizamento de ação de improbidade administrativa pelo Ministério Público em relação aos mesmos fatos.
- d) A celebração do acordo suspende a pretensão punitiva do Estado enquanto a empresa estiver em cumprimento, mas, após o cumprimento integral, as sanções voltam a ser exigíveis normalmente.
- e) O acordo de leniência somente pode ser firmado se a empresa ainda não for alvo de investigação formal ou processo administrativo em curso.

26. Fernanda, servidora pública estadual, utilizou-se do cargo para obter, em proveito próprio, o pagamento de consultoria fictícia por parte de empresa com a qual o Estado mantinha contrato. O esquema resultou em aumento patrimonial da servidora em R\$ 300.000,00. Condenada em ação de improbidade ajuizada pelo Ministério Público Estadual, tendo havido inclusive o trânsito em julgado, o juiz determinou a aplicação cumulativa de todas as sanções legalmente cabíveis para a modalidade de enriquecimento ilícito, na sua máxima extensão.

Com base na Lei nº 8.429/1992, na redação atual, assinale a alternativa que apresenta corretamente as sanções aplicáveis ao ato de enriquecimento ilícito (art. 9º).

- a) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos e pagamento de multa civil.
- b) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por 14 anos e pagamento de multa civil equivalente a R\$ 300 mil.
- c) Apenas ressarcimento integral do dano e suspensão dos direitos políticos de 14 anos, pois a perda da função pública depende de processo administrativo disciplinar autônomo.
- d) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 12 anos, e multa civil de R\$ 150 mil.
- e) Ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos, pagamento de multa de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

27. O prefeito de determinado município concedeu autorização administrativa para funcionamento de quiosque em praça pública ao comerciante João, por meio de ato praticado por autoridade municipal que, posteriormente, verificou-se não ser a competente para a concessão desse tipo de autorização.

Constatou-se, entretanto, que o vício era sanável, que o ato atendia ao interesse público e que não houve prejuízo a terceiros. Diante dessa situação, a Administração decidiu regularizar o ato, preservando seus efeitos.

Considerando o instituto da convalidação dos atos administrativos, assinale a opção **correta**.

- a) A Administração deve revogar o ato por motivo de ilegalidade, produzindo efeitos retroativos, pois todo vício impede a manutenção dos efeitos do ato.
- b) A Administração deve anular o ato, uma vez que qualquer vício, ainda que sanável, impede a correção do ato administrativo.
- c) A Administração pode convalidar o ato, sanando o vício de competência e mantendo seus efeitos jurídicos, desde que não haja prejuízo ao interesse público nem a terceiros.
- d) A convalidação somente pode ocorrer mediante decisão judicial, sendo vedada a atuação direta da Administração para corrigir seus próprios atos.
- e) A convalidação é vedada quando o vício recair sobre a competência, ainda que não se trate de competência exclusiva.

28. No âmbito da Secretaria de Administração de determinado Estado, o diretor do departamento de pessoal, preocupado com falhas recorrentes no controle de frequência dos servidores, determinou que o servidor João passasse a executar tarefas específicas relacionadas à conferência de registros eletrônicos.

Após sucessivos erros no desempenho dessas atividades, o diretor decidiu avocar temporariamente a competência atribuída a João, assumindo pessoalmente a responsabilidade pelo setor até que as falhas fossem sanadas e o serviço reorganizado.

Considerando a situação descrita e os poderes administrativos, assinale a opção **correta**.

- a) A conduta do diretor caracteriza exercício do poder disciplinar, pois houve substituição de servidor em razão de falhas no desempenho funcional, o que implica aplicação indireta de penalidade administrativa.
- b) A avocação realizada pelo diretor é manifestação do poder hierárquico, que permite ao superior assumir, de forma excepcional e motivada, atribuições inicialmente conferidas a subordinado.
- c) A avocação de competências é manifestação do poder regulamentar, pois envolve a edição de ato administrativo destinado a reorganizar a estrutura interna da Administração.
- d) A medida adotada caracteriza exercício do poder de polícia, por envolver imposição de restrições ao servidor em benefício do interesse coletivo.
- e) A avocação de competências é vedada no âmbito da Administração Pública, pois cada agente deve exercer exclusivamente as atribuições definidas em lei, sem possibilidade de interferência do superior hierárquico.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

29. A Constituição Federal de 1988 prevê que a população brasileira em situação de vulnerabilidade social possui direito à renda básica familiar, a ser assegurada pelo Estado mediante programa permanente de transferência de renda, cuja regulamentação dependerá de lei específica e deverá respeitar as regras fiscais e orçamentárias.

Considerando essa previsão constitucional, assinale a alternativa que indica corretamente a classificação da eficácia da norma constitucional mencionada.

- a) contida e de aplicabilidade imediata.
- b) limitada e de princípio programático.
- c) plena.
- d) contida.
- e) limitada e de princípio institutivo.

30. Considere as hipóteses apresentadas a seguir:

- I – Helena, brasileira nata, solicitou a aquisição da nacionalidade portuguesa.
- II – Camila, brasileira naturalizada e canadense, manifestou expressamente o desejo de perder a nacionalidade brasileira.
- III – João, brasileiro nato, adquiriu outra nacionalidade em razão de naturalização voluntária.
- IV – Renata, brasileira naturalizada, teve cancelada sua naturalização por decisão judicial em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

À luz das disposições da Constituição Federal de 1988 e considerando exclusivamente as informações apresentadas, é correto afirmar que perderão a nacionalidade brasileira as pessoas mencionadas nas assertivas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) II e III.
- e) I e IV.

DIREITO FINANCEIRO*Gabriela Zavadinack*

31. No âmbito do Estado Democrático de Direito, a atividade financeira estatal não se limita à arrecadação de receitas, mas compreende um conjunto de atos normativamente disciplinados que envolvem a obtenção, a gestão, a aplicação e o controle dos recursos públicos. Nesse contexto, a Constituição Federal estruturou um sistema integrado de planejamento e execução orçamentária, formado por instrumentos que possuem funções distintas, mas complementares.

À luz da disciplina constitucional do orçamento público, assinale a afirmativa correta.

- a) A Lei Orçamentária Anual tem natureza exclusivamente autorizativa e pode instituir, de forma autônoma, programas governamentais de duração continuada, dispensada sua compatibilidade com o Plano Plurianual.
- b) A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, subordinando-se tal dever, entretanto, ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas.
- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por finalidade estimar receitas e fixar despesas para o exercício financeiro subsequente, razão pela qual não interfere na elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- d) A Constituição Federal prevê apenas dois instrumentos de planejamento orçamentário: o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, sendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias criação infraconstitucional da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) O direito financeiro tem por objeto apenas a disciplina jurídica da receita pública tributária, ficando a despesa pública e o orçamento sob a competência exclusiva do direito administrativo.

32. Determinado Estado da Federação, ao elaborar seu balanço anual, identificou a existência de obrigações decorrentes de operações de crédito com prazo superior a doze meses, restos a pagar processados, serviços da dívida a pagar, depósitos de terceiros e débitos de tesouraria. Ao classificar tais obrigações, o órgão técnico responsável sustentou que todos esses passivos deveriam ser tratados indistintamente como dívida fundada, por representarem obrigações exigíveis do ente público.

Considerando a disciplina jurídico-financeira da dívida pública, assinale a afirmativa correta.

- a) A dívida fundada compreende apenas os restos a pagar e os serviços da dívida a pagar, pois são obrigações já reconhecidas contabilmente pelo ente público.
- b) A dívida fluante corresponde aos compromissos exigíveis com prazo superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrios estruturais de financiamento.
- c) As operações de crédito de prazo superior a doze meses integram, em regra, a dívida fundada ou consolidada, ao passo que restos a pagar, serviços da dívida a pagar, depósitos e débitos de tesouraria compõem a dívida fluante.
- d) A distinção entre dívida fundada e dívida fluante foi abandonada pela Lei nº 4.320/1964, permanecendo apenas para fins doutrinários, sem efeitos jurídicos ou contábeis.
- e) A assunção direta de compromisso com fornecedor de bens mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito é equiparada à operação de crédito e permitida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

INFORMÁTICA*Renato da Costa*

33. Ao utilizar o Windows 10/11, um usuário deseja acessar rapidamente o recurso de conexão/projeção sem fio e, em seguida, minimizar todas as janelas abertas, podendo restaurá-las pelo mesmo atalho caso mude de ideia. Os atalhos corretos são, respectivamente:

- a) Windows + P e Windows + D
- b) Windows + K e Windows + M
- c) Windows + K e Windows + D
- d) Windows + I e Windows + M
- e) Windows + P e Windows + Shift + M

34. No Microsoft Word, ao utilizar caracteres curinga no recurso “Localizar e Substituir”, assinale a alternativa que apresenta uma palavra que poderia ser localizada pela pesquisa por:

M?i?o

- a) Muito
- b) Maio
- c) Meio
- d) Mico
- e) Mato

35. Em uma planilha do Microsoft Excel, ao processar uma fórmula, o programa segue uma ordem de precedência entre os operadores. Considerando essa ordem, assinale a alternativa correta.

- a) Adição/subtração, multiplicação/divisão, exponenciação, porcentagem e operadores de referência.
- b) Multiplicação/divisão, adição/subtração, operadores de referência, porcentagem e exponenciação.
- c) Operadores de referência, negação, porcentagem, exponenciação, multiplicação/divisão e adição/subtração.
- d) Exponenciação, porcentagem, negação, adição/subtração e multiplicação/divisão.

e) Parênteses, adição/subtração, multiplicação/divisão, exponenciação e operadores de referência.

36. Sobre a função PROCX, também conhecida como XLOOKUP, no Microsoft Excel, assinale a alternativa correta.

- a) A função PROCX possui apenas quatro argumentos obrigatórios, sendo idêntica ao PROCV em sua estrutura lógica.
- b) O argumento matriz_de_retorno é opcional e, se omitido, o Excel retorna o valor da matriz_de_pesquisa.
- c) A função pode pesquisar em diferentes direções, inclusive de cima para baixo ou de baixo para cima, e a correspondência exata é o padrão quando o modo de correspondência não é informado.
- d) A sintaxe da função exige obrigatoriamente seis argumentos, todos indispensáveis para a busca.
- e) O erro #N/D no PROCX não pode ser personalizado dentro da própria função.

ANÁLISE DE DADOS*Emannuelle Gouveia*

37. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma relação entre tipos de dados e boas práticas em iniciativas de dados abertos.

- a) Dados estruturados dispensam documentação e padronização, pois já possuem organização tabular.
- b) Dados semiestruturados, como JSON e XML, podem facilitar interoperabilidade entre sistemas distintos.
- c) Dados não estruturados somente podem ser armazenados em bancos relacionais.
- d) O uso de formatos legíveis por máquina reduz a transparência das informações públicas.
- e) Dados abertos devem ser disponibilizados preferencialmente em formatos proprietários e fechados.

38. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma aplicação de técnicas analíticas em auditoria contínua e detecção de fraudes.

- a) A identificação de transações fora do comportamento esperado pode ser realizada por técnicas de detecção de outliers.
- b) A análise de redes é utilizada exclusivamente para aumentar desempenho de consultas em bancos relacionais.
- c) Indicadores de risco (red flags) eliminam a necessidade de monitoramento contínuo das operações.
- d) O monitoramento em tempo real impede a ocorrência de eventos suspeitos em sistemas corporativos.
- e) A análise de risco baseada em dados dispensa o uso de critérios estatísticos e históricos operacionais.

39. Assinale a alternativa correta acerca dos mecanismos utilizados em governança de dados.

- a) O glossário de negócios é utilizado exclusivamente para armazenar registros físicos de tabelas em bancos de dados.
- b) O dicionário de dados possui como principal finalidade monitorar tráfego de rede em ambientes distribuídos.
- c) Data lineage elimina a necessidade de controle de qualidade dos dados ao longo dos processos de integração.
- d) Metadados não devem ser utilizados em catálogos de dados, pois comprometem desempenho analítico.
- e) O data lineage permite rastrear a origem, transformações e movimentações dos dados ao longo dos sistemas.

40. Considere a tabela FUNCIONARIOS, que possui as colunas ID_FUNC, NOME, DEPARTAMENTO e SALARIO. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma consulta SQL capaz de retornar o maior salário de cada departamento.

- a) `SELECT DEPARTAMENTO, MAX(SALARIO) FROM FUNCIONARIOS;`
- b) `SELECT MAX(SALARIO), DEPARTAMENTO FROM FUNCIONARIOS ORDER BY DEPARTAMENTO;`
- c) `SELECT DEPARTAMENTO, MAX(SALARIO) FROM FUNCIONARIOS GROUP BY DEPARTAMENTO;`
- d) `SELECT DEPARTAMENTO, SALARIO FROM FUNCIONARIOS GROUP BY MAX(SALARIO);`
- e) `SELECT GROUP BY DEPARTAMENTO, MAX(SALARIO) FROM FUNCIONARIOS;`

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCO E GESTÃO DE RISCO

Guilherme Sant'Anna

41. No âmbito da auditoria governamental, assinale a afirmativa correta a respeito dos elementos básicos da auditoria no setor público.

- a) O objeto da auditoria corresponde ao relatório final produzido pela equipe, pois é nele que se materializa a avaliação segundo critérios.
- b) Os critérios de auditoria consistem nas conclusões formuladas ao término dos exames, servindo para justificar o juízo profissional do auditor.
- c) Nas auditorias do setor público, os elementos básicos variam conforme o tipo de trabalho, razão pela qual não se pode falar em estrutura comum mínima aplicável às auditorias financeira, operacional e de conformidade.
- d) O objeto da auditoria pode consistir em informação, condição ou atividade que seja mensurada ou avaliada de acordo com determinados critérios.
- e) Os usuários previstos se confundem com a parte responsável, pois ambos exercem, no mesmo plano, a função de prestar contas sobre o objeto examinado.

42. Em relação aos instrumentos de fiscalização utilizados pelos tribunais de contas, assinale a afirmativa correta.

- a) O monitoramento destina-se, primordialmente, à coleta inicial de informações sobre órgãos, programas e atividades, para subsidiar futura proposição de ações de controle.
- b) O levantamento é instrumento apropriado para verificar o cumprimento de deliberações anteriormente proferidas e a implementação de determinações e recomendações.
- c) O acompanhamento é o instrumento vocacionado a examinar, ao longo de determinado período, a legalidade, a legitimidade e o desempenho de atos de gestão à medida que são praticados.
- d) A inspeção tem por característica essencial ser utilizada para validar matrizes de responsabilização já concluídas.
- e) A auditoria, diferentemente dos demais instrumentos, não pode ser utilizada para avaliação de desempenho, limitando-se ao controle estrito de legalidade.

43. Na elaboração da matriz de planejamento de uma auditoria governamental, assinale a afirmativa correta.

- a) A matriz de planejamento deve registrar, desde logo, os achados consolidados, as causas apuradas e as propostas de encaminhamento, a fim de orientar a coleta confirmatória de evidências.
- b) A indicação dos procedimentos de auditoria e das informações ou dados necessários à resposta das questões de auditoria íntegra, em regra, a matriz de planejamento.
- c) A matriz de planejamento é elaborada ao término da execução, para sintetizar a coerência entre evidências, achados e responsabilização.
- d) A situação encontrada deve compor a matriz de planejamento, pois constitui pressuposto lógico para a definição dos critérios.
- e) A matriz de planejamento não se compatibiliza com auditorias operacionais, sendo instrumento próprio de auditorias de conformidade.

44. Quanto ao risco de auditoria no setor público, assinale a afirmativa correta.

- a) O risco de auditoria corresponde exclusivamente ao risco de detecção, uma vez que os riscos inerente e de controle pertencem à esfera de responsabilidade do gestor.
- b) Em trabalhos de asseguuração limitada, o risco de auditoria deve ser eliminado, visto que a conclusão emitida é menos robusta do que na asseguuração razoável.
- c) O risco inerente relaciona-se à suscetibilidade de ocorrência de distorção, desconformidade ou desvio relevante antes da consideração de controles existentes.
- d) O risco de controle refere-se à possibilidade de o auditor selecionar procedimentos inadequados na fase de execução.
- e) O risco de auditoria somente é aplicável à auditoria financeira, não sendo conceito tecnicamente aproveitável na auditoria de conformidade ou operacional.

45. Em uma auditoria de conformidade, a equipe pretende obter evidência independente acerca dos saldos informados por bancos operadores, fornecedores e beneficiários de determinado programa público. Nesse caso, a técnica mais apropriada é a:

- a) observação.
- b) circularização.
- c) revisão analítica.
- d) inspeção física.
- e) entrevista.

46. Sobre as evidências de auditoria, assinale a afirmativa correta.

- a) A suficiência refere-se à medida da quantidade de evidência, enquanto a adequação se relaciona à sua qualidade, especialmente relevância e confiabilidade.
- b) A adequação da evidência é definida exclusivamente pela sua origem externa, sendo irrelevante a conexão lógica com o objetivo do procedimento aplicado.
- c) A quantidade de evidência obtida dispensa a avaliação de sua confiabilidade, desde que os papéis de trabalho demonstrem ampla cobertura amostral.
- d) A evidência testemunhal, por decorrer de declarações formais, prevalece necessariamente sobre a documental e sobre a observação direta do auditor.
- e) A suficiência da evidência torna dispensável o julgamento profissional, pois a conclusão decorre automaticamente do volume de informações reunidas.

47. No que se refere aos achados de auditoria e às “famosas” matrizes, assinale a afirmativa correta.

- a) A matriz de responsabilização tem por finalidade principal organizar questões, critérios, procedimentos e fontes de evidência antes do início da execução.
- b) O critério representa a situação encontrada pelo auditor, ao passo que a condição expressa o padrão normativo ou referencial adotado para comparação.
- c) A matriz de achados é instrumento típico do planejamento, voltado à escolha preliminar dos objetos a serem fiscalizados segundo risco e materialidade.
- d) Em regra, os elementos do achado incluem situação encontrada, critério, causa e efeito, aos quais se podem agregar evidências e propostas de encaminhamento.
- e) A caracterização do achado prescinde da definição do critério, desde que haja percepção técnica do auditor acerca da impropriedade verificada.

48. Sobre governança, transparência, accountability e compliance aplicados ao setor público, assinale a afirmativa correta.

- a) Accountability se esgota na obrigação de publicar dados e relatórios, sendo desnecessária a existência de mecanismos de responsabilização.
- b) Governança e governabilidade são conceitos sinônimos, razão pela qual a distinção entre capacidade política e arranjos de direção, monitoramento e controle é irrelevante.
- c) O compliance público se limita à observância de normas legais, não abrangendo integridade, prevenção, detecção e resposta a desvios.
- d) A transparência, por si só, substitui os mecanismos de controle interno e de auditoria, já que a publicidade dos atos elimina o risco de irregularidades.
- e) A auditoria governamental contribui para a accountability ao fornecer avaliações independentes que podem ampliar transparência, aprendizado institucional e responsabilização.

GOVERNANÇA

Stefan Fantini

49. Indique a alternativa que traz a correta diferenciação entre Gestão Pública e Governança Pública.

- a) A governança pública é responsável por planejar, executar e controlar.
- b) A gestão pública envolve avaliar, dirigir e monitorar.
- c) Gestão e governança são funções iguais no setor público, portanto, não apresentam diferenças.
- d) A gestão pública foca em economicidade e efetividade.
- e) A governança pública tem função direcionadora e a gestão pública tem função realizadora.

50. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao fiscalizar determinada entidade jurisdicionada, identificou oportunidades de melhoria e expediu recomendações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e da execução orçamentária. Essa forma de atuação caracteriza a chamada:

- a) Accountability fiscal
- b) Accountability horizontal
- c) Accountability social
- d) Accountability vertical
- e) Accountability participativa

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

51. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE SC) exerce competência consultiva por meio da resposta a consultas formuladas por autoridades. Sobre o processamento e a natureza desta ferramenta, é correto afirmar:

- a) A resposta à consulta, exarada por no mínimo dois terços dos membros do TCE, constitui prejuízo da tese, mas não de fato ou de caso concreto.
- b) A formulação de consulta é aberta a todo e qualquer cidadão que deseje dirimir dúvidas sobre a aplicação de leis financeiras.
- c) A consulta somente terá prosseguimento quando atender a todos os requisitos de admissibilidade.
- d) Quando encaminhar a consulta, o consulente deve se abster de requisitar parecer de sua assessoria técnica ou jurídica, quando existente, para evitar contradições com a resposta do Tribunal.
- e) Os responsáveis pelo sistema de controle interno não podem formular consulta ao TCE, em razão do caráter fiscalizatório da sua atuação.

52. Sobre o processo de eleição do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral, o Regimento Interno do TCE SC traz regras bem definidas. Marque a alternativa que indica corretamente as características da eleição no TCE.

- a) A eleição ocorre em sessão ordinária na primeira quinzena de fevereiro de cada ano.
- b) A eleição será realizada em sessão extraordinária na segunda quinzena de setembro, para mandato de dois anos, permitida a reeleição por um período de igual duração.
- c) A eleição deve ser realizada imediatamente após a posse de qualquer novo conselheiro, para que o Corpo Diretivo siga a vontade da maioria dos membros.
- d) A eleição deverá ocorrer em sessão especial convocada pelo Governador do Estado no mês de março.
- e) A eleição ocorre em sessão extraordinária, exigindo-se a presença mínima de cinco conselheiros, inclusive o que presidir o ato, com participação e voto dos auditores e membros do Ministério Público de Contas.

53. Conforme as normas aplicáveis, as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas em um processo de prestação ou de tomada de contas podem ser classificadas em preliminares, definitivas ou terminativas. Caracteriza-se a decisão preliminar quando o Tribunal:

- a) Ordenar o trancamento das contas consideradas ilíquidas devido a caso fortuito.
- b) Julgar as contas regulares com ressalva mediante a constatação de pequenas falhas formais.
- c) Determinar o arquivamento do processo por critérios de racionalização administrativa.
- d) Condenar o responsável ao pagamento do débito apurado, julgando as contas irregulares.
- e) Sobrestar o julgamento, ordenar a citação dos responsáveis ou determinar outras diligências.

54. A representação é um procedimento muito semelhante à denúncia, diferindo essencialmente em sua origem. Sobre a representação, assinale a alternativa correta.

- a) Qualquer cidadão no pleno gozo de seus direitos políticos pode autuar formalmente uma representação.
- b) Serão autuados como representação os requerimentos recebidos com fundamento na nova Lei de Licitações, oriundos de licitantes ou contratados.
- c) Diferentemente da denúncia, não é exigido que a representação verse sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.
- d) Caso a representação seja formulada por um Conselheiro, ela deverá passar pelo mesmo exame prévio de admissibilidade de uma denúncia comum.
- e) Os responsáveis por órgãos de controle interno estadual não possuem legitimidade para formular representação ao Tribunal.

55. Acerca dos recursos cabíveis em face das deliberações do Tribunal, é correto afirmar que:

- a) Todo parecer prévio emitido na apreciação das contas dos prefeitos municípios admite impugnação unicamente via recurso de reconsideração.
- b) Recursos processados e interpostos para questionar as decisões do Tribunal gozam de efeito suspensivo genérico obrigatório, aplicável até a decisão do colegiado sobre o ponto impugnado.
- c) O Relator não poderá conhecer recurso interposto fora do prazo, ainda que se trate de pedido de correção de inexatidões materiais.
- d) De acórdão proferido em processos de prestação ou tomada de contas, inclusive tomada de contas especial, cabe somente recurso de reconsideração.
- e) Se surgirem fatos novos supervenientes que comprovem que os atos praticados pelo recorrente não causaram, efetivamente, quaisquer prejuízos

ao erário, será possível conhecer de recursos interpostos fora do prazo.

56. Zelda é servidora do Tribunal de Contas do Estado Gama e foi designada pelo Tribunal para participar de um congresso com a participação de servidores de diversos tribunais de contas do Brasil. Em um dos eventos, ela acompanhou a palestra de Link, Auditor de Controle Externo do TCE do estado Alfa. Na apresentação de Link, constava uma explicação sobre a destinação dos recursos arrecadados com as multas proporcionais aos danos causados ao erário, em razão dos processos de contas realizados no âmbito dos municípios, e das multas simples, aplicadas em razão de irregularidades sem dano ao erário. Nesse caso, considerando que o TCE do estado Alfa é encarregado de fiscalizar os recursos estaduais e os recursos de todos os municípios do respectivo estado, constava corretamente na apresentação que:

- a) em qualquer hipótese, as multas deveriam ser recolhidas aos cofres do governo do Estado, uma vez que o Tribunal é órgão estadual.
- b) o valor do ressarcimento do dano ao erário, quando se tratar de recursos municipais, será recolhido aos cofres do Tesouro Municipal, mas o valor da multa proporcional ao dano deverá ser revertido para fundo próprio, para o custeio das atividades de fiscalização.
- c) a multa proporcional ao dano é considerada “valor acessório”, devendo ser recolhida para os mesmos cofres do valor do ressarcimento ao erário, ou seja, para os cofres do município, enquanto a multa simples será recolhida aos cofres do estado Alfa.
- d) ainda que a multa proporcional ao dano seja aplicada contra agente público municipal, o valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado.
- e) o Estado e o município serão credores solidários do montante da multa proporcional ao dano, que poderá ser executada pela procuradoria de qualquer desses entes.

57. O Ministério Público especial que funciona junto aos Tribunais de Contas possui importante missão constitucional, mas guarda peculiaridades em comparação ao Ministério Público “comum”. Sobre o tema, pode-se afirmar que esse Ministério Público especial:

- a) não goza de capacidade processual, mas poderá apresentar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas que compõe, caso a Corte não observe as prerrogativas processuais do *Parquet* de Contas.
- b) dada a sua autonomia, o Ministério Público de Contas poderá propor a ação de execução dos títulos executivos emitidos pela Corte de Contas.
- c) no âmbito dos estados-membros, é constitucional a exigência de lei complementar para regular a organização do Ministério Público especial de Contas.
- d) o Ministério Público especial de Contas encontra-se estritamente vinculado à estrutura da Corte de Contas e não detém autonomia jurídica e iniciativa legislativa para propor projetos de leis que definam sua estrutura organizacional.
- e) os membros do Ministério Público de Contas não gozam de prerrogativas próprias, como a independência funcional, em observância ao princípio da simetria.

58. Analise os itens subsequentes:

- I. Desde que previsto em lei, o Tribunal de Contas pode determinar que o controle interno realize auditorias, uma vez que é papel do sistema de controle interno apoiar o controle externo.
- II. O Tribunal de Contas da União pode exercer o controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos do poder público, desde que o ato viole patentemente dispositivo da Constituição Federal ou seja contrário à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sendo que a decisão do TCU terá eficácia *erga omnes*.
- III. Compete ao TCU apreciar a legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, no prazo de até cinco anos, sob pena de concessão de registro tácito, contados da chegada do processo na Corte de Contas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

59. Luigi é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram remetidas à Câmara Municipal. Paralelamente, Luigi foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Luigi era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Luigi, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsiste a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Caso as contas de governo e de gestão não sejam julgadas pelo Legislativo no prazo constitucional,

deverá prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas, por meio do julgamento ficto das contas municipais.

- e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE tem competência para julgar as contas de gestão dos prefeitos que atuam como ordenadores de despesas, podendo aplicar sanções fora da esfera eleitoral, sem que o Legislativo possa alterar a decisão do Tribunal; por fim, as contas de governo são julgadas pela Câmara Municipal, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

60. Sobre o regime de indisponibilidade de bens previsto na Lei 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que:

- a) A urgência para a decretação da medida de indisponibilidade de bens é presumida sempre que houver indícios de enriquecimento ilícito.
- b) A indisponibilidade poderá recair sobre o bem de família do réu em qualquer hipótese de condenação por prejuízo ao erário ou por atos que atentam contra os princípios da administração.
- c) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança ou conta-corrente.
- d) Havendo corrêus na ação, a constrição deve corresponder ao débito total em relação a cada um dos envolvidos, de forma individualizada, vedada a solidariedade.
- e) O pedido de indisponibilidade de bens apenas pode ser formulado após a oitiva prévia do réu no prazo de 15 dias úteis.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO TCE SC*Giulian Salvador*

61. No curso de processo de prestação de contas instaurado perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, verificou-se a existência de dano ao erário decorrente de ato de gestão antieconômico, além de omissão parcial na remessa de documentos obrigatórios. Considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 acerca das decisões em processos de contas, tomada de contas especial, revelia e responsabilização, analise os itens a seguir:

I – A decisão preliminar é aquela pela qual o Tribunal julga as contas iliquidáveis e determina o arquivamento definitivo do processo.

II – O responsável que não acudir à citação será considerado revel para todos os efeitos, prosseguindo-se normalmente o processo.

III – As contas serão julgadas regulares com ressalva quando houver dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico injustificado, desde que haja posterior recolhimento do débito.

IV – A autoridade administrativa competente deverá imediatamente adotar providências para instauração de tomada de contas especial quando caracterizada prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário.

V – A decisão definitiva é aquela pela qual o Tribunal resolve sobrestar o julgamento ou determinar diligências necessárias ao saneamento do processo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens II e V estão corretos.

62. Sobre o regime jurídico do controle externo previsto na Lei Complementar Estadual nº 202/2000, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Tribunal de Contas poderá determinar o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente.
- b) O Recurso de Reconsideração é cabível contra decisão em processo de fiscalização de atos e contratos e de apreciação de atos sujeitos a registro, possuindo efeito suspensivo automático.
- c) O Tribunal poderá aplicar multa diária por descumprimento de suas decisões definitivas, preliminares ou cautelares.
- d) A denúncia formulada perante o Tribunal deve estar acompanhada de indício de prova e conter qualificação e endereço do denunciante.
- e) O parecer prévio emitido sobre contas prestadas pelo Prefeito poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

63. A Resolução N. TC-254/2024 estabelece conceitos técnicos relacionados às práticas de assédio, discriminação e proteção da saúde no ambiente de trabalho institucional. Considerando as definições constantes da resolução, analise os itens a seguir:

- I – Assédio moral caracteriza-se por comportamentos repetitivos e duradouros dirigidos a alvos específicos, com intenção de prejudicar, anular ou excluir a vítima.
- II – Agressões pontuais consistem em atos hostis reiterados e permanentes destinados à exclusão institucional da vítima, independentemente de intenção específica.
- III – Cooperação horizontal, vertical e transversal correspondem, respectivamente, à cooperação entre superiores hierárquicos, entre órgãos externos e entre membros da mesma equipe funcional.
- IV – Assédio moral organizacional consiste em processo contínuo de condutas abusivas ou hostis, amparado por estratégias organizacionais ou métodos gerenciais voltados ao engajamento intensivo ou exclusão de pessoas da instituição.
- V – Transversalidade refere-se exclusivamente à atuação conjunta entre diferentes órgãos administrativos para apuração disciplinar de casos de assédio e discriminação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens II e III estão corretos.

64. A Resolução N. TC-252/2024 estabelece princípios, deveres, vedações e regras relacionadas à atuação ética dos servidores do TCE/SC, inclusive quanto ao uso de redes sociais, conflito de interesses e atuação funcional. Considerando as disposições da resolução, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor deve exercer a liberdade de expressão nas redes sociais com responsabilidade, evitando tratar de temas sensíveis envolvendo o Tribunal que possam gerar dúvidas sobre a integridade institucional ou comprometer a imagem da Corte de Contas.
- b) O servidor poderá divulgar informações sigilosas obtidas no exercício do cargo, desde que o faça em ambiente privado ou mediante utilização de pseudônimo em redes sociais.
- c) A Comissão de Ética possui competência para aplicar diretamente penalidades disciplinares estatutárias de suspensão e destituição de cargo em comissão.
- d) O recebimento de brindes distribuídos por entidades jurisdicionadas ao TCE/SC será vedado apenas quando ultrapassarem o equivalente a 1 piso de referência vencimental do Tribunal.
- e) O servidor poderá manifestar-se oficialmente em nome do Tribunal sempre que ocupar cargo efetivo de nível superior ou função de confiança vinculada à Administração Superior.

65. A Resolução N. TC-302/2026 regulamenta os mecanismos de controle disciplinar, os procedimentos consensuais e os instrumentos de apuração administrativa aplicáveis aos servidores do TCE/SC. Considerando as disposições da resolução, assinale a alternativa correta:

- a) A sindicância acusatória constitui instrumento destinado à apuração de infração disciplinar cuja penalidade cabível seja, no máximo, suspensão de até trinta dias, sendo instaurada por portaria do Corregedor-Geral e submetida, no que couber, ao rito do processo administrativo disciplinar.
- b) A investigação preliminar sumária possui natureza punitiva e sancionatória, admitindo aplicação direta de penalidade de repreensão pelo Corregedor-Geral quando houver prova documental suficiente.
- c) O termo de ajustamento de conduta constitui direito subjetivo do servidor sempre que a infração imputada for de baixo potencial ofensivo e não houver dano ao erário.
- d) A sindicância investigativa interrompe automaticamente a prescrição disciplinar desde a publicação da portaria instauradora, ainda que não haja identificação do investigado.
- e) A mediação disciplinar somente poderá ser instaurada após a formalização de processo administrativo disciplinar e dependerá de reconhecimento expresso de culpa pelo servidor investigado.

66. Determinado servidor do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao estudar a estrutura organizacional prevista na Resolução N. TC-149/2019, verificou que algumas atribuições são comuns a todos os Órgãos Auxiliares, enquanto outras constituem competências específicas dos órgãos vinculados ao Gabinete da Presidência. Considerando essa distinção normativa, assinale a alternativa que apresenta competência específica do Gabinete da Presidência:

- a) Planejar, organizar, dirigir e controlar as suas atividades.

- b) Propor, desenvolver, estimular e consolidar as relações administrativas e institucionais do Tribunal de Contas com os Poderes e demais Órgãos do Estado e das demais esferas de Poder.
- c) Providenciar o registro nos sistemas informatizados do recebimento, da movimentação e da alteração de documentos ou processos que tramitam na unidade.
- d) Manter controle atualizado sobre os processos lotados na unidade, priorizando a instrução, utilizando-se dos critérios de urgência, relevância e antiguidade.
- e) Padronizar a estrutura e simplificar a linguagem dos seus relatórios técnicos.

67. A Resolução N. TC-252/2024 instituiu normas éticas aplicáveis aos servidores do TCE/SC, disciplinando deveres, vedações, conflitos de interesse, uso de redes sociais e processo ético. Considerando as disposições da referida resolução, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor poderá utilizar sistemas e canais de comunicação do Tribunal para divulgação político-partidária, desde que fora do horário de expediente e sem identificação funcional.
- b) A Comissão de Ética possui natureza exclusivamente disciplinar e sancionatória, competindo-lhe aplicar diretamente as penalidades administrativas previstas no estatuto funcional.
- c) O servidor que publicar artigo de opinião em veículo de imprensa sobre tema relacionado ao Tribunal deverá deixar claro que suas opiniões não representam posicionamento institucional.
- d) O processo de conduta ética poderá ser instaurado verbalmente, independentemente de representação fundamentada ou documentação comprobatória, em razão do princípio da informalidade administrativa.
- e) A censura ética aplicada ao servidor permanecerá registrada em seus assentamentos funcionais de forma permanente, vedada sua exclusão após o decurso do tempo.

68. Acerca do regime jurídico previsto na Lei nº 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores do Estado de SC), assinale a alternativa incorreta:

- a) A posse deverá ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial, admitindo-se prorrogação por mais trinta dias a requerimento do interessado.
- b) O regime ordinário de trabalho do servidor estadual, quando omissa a especificação do cargo, corresponde a quarenta horas semanais, observada regulamentação específica.
- c) O serviço extraordinário não se submete à limitação semanal de carga horária, mas não poderá ultrapassar cento e vinte horas semestrais.
- d) Ao servidor ocupante de cargo efetivo e estável poderá ser concedida licença para tratamento de interesses particulares pelo prazo de até três anos, renovável uma vez por igual período.
- e) Será concedida ajuda de custo ao servidor removido a pedido, ainda que sem recomendação médica, desde que a mudança implique alteração permanente de domicílio.

69. À luz das definições previstas na Lei Complementar nº 255/2004, assinale a alternativa correta:

- a) Cargo isolado é o cargo de provimento efetivo, devidamente provido, existente no quadro de pessoal do Tribunal de Contas, em extinção.
- b) Função de confiança é o cargo ocupado exclusivamente por servidor efetivo para o exercício permanente de atribuições técnicas de fiscalização externa.
- c) Referência corresponde ao conjunto de nove graduações ascendentes existentes em cada nível da Tabela Referencial de Vencimentos.
- d) Progressão funcional consiste no deslocamento funcional do servidor entre cargos distintos, exclusivamente por merecimento.
- e) Piso de vencimento corresponde ao maior vencimento previsto na Tabela Referencial de Vencimentos para os cargos de nível superior.

70. Considerando as disposições da RESOLUÇÃO N. TC-06/2001, especialmente acerca da jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa incorreta:

- a) A jurisdição do Tribunal alcança qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que administre dinheiros, bens e valores públicos ou assumam obrigações pecuniárias em nome do Estado ou do Município.
- b) A jurisdição do Tribunal também alcança aqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade da qual resulte prejuízo ao erário.
- c) Os responsáveis pela aplicação de recursos repassados mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres a pessoas jurídicas de direito público ou privado submetem-se à jurisdição do Tribunal.
- d) Os representantes do Estado ou do Município em assembleias gerais de empresas estatais e sociedades anônimas podem responder solidariamente com membros do Conselho Fiscal e de Administração pela prática de atos de gestão ruinosa.
- e) Os herdeiros dos administradores e responsáveis submetidos à jurisdição do Tribunal respondem integralmente pelos débitos do falecido perante a Fazenda Pública, independentemente do limite da herança recebida.

DOCUMENTAÇÃO E PROTOCOLO

Ricardo Campanário

71. A atividade de protocolo que consiste na abertura de embalagens, separação entre correspondência oficial e particular, e a verificação da existência de anexos, denomina-se:

- a) Expedição.
- b) Distribuição.
- c) Classificação.
- d) Recebimento e Seleção.
- e) Registro.

72. O ato de movimentar o documento de um setor para outro, registrando-se o histórico de passagens para permitir a sua localização imediata, é conhecido tecnicamente como:

- a) Arquivamento.
- b) Tramitação (ou Movimentação).
- c) Autuação.
- d) Indexação.
- e) Descarte.

73. No método de arquivamento alfabético, seguindo as regras de alfabetação, como deve ser arquivado o nome de "Paulo Santos Júnior"?

- a) Júnior, Paulo Santos.
- b) Paulo Santos Júnior.
- c) Santos Júnior, Paulo.
- d) Santos, Paulo Júnior.
- e) Júnior Santos, Paulo.

74. O método de arquivamento numérico cronológico é amplamente utilizado para organizar:

- a) Prontuários de pacientes em ordem de chegada.
- b) Correspondências expedidas e recebidas de acordo com a data.
- c) Pastas de funcionários por número de matrícula.
- d) Documentos por cidades e estados de origem.
- e) Assuntos variados de acordo com um código decimal.

75. Na fase de expedição de correspondências, a tarefa de reunir documentos que possuem o mesmo destinatário em um único envelope, visando economia e organização, é chamada de:

- a) Registro de Saída.
- b) Triagem Interna.
- c) Autuação de Processo.
- d) Consolidação de Carga.
- e) Agrupamento ou Envelopamento.

76. A classificação de documentos de arquivo, que ocorre na fase corrente, tem como objetivo principal:

- a) Identificar os documentos que devem ser eliminados imediatamente.
- b) Organizar os documentos de acordo com as funções e atividades da instituição.
- c) Transformar todos os documentos físicos em arquivos digitais.
- d) Vender papéis antigos para empresas de reciclagem.
- e) Esconder informações confidenciais do público externo.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

Ricardo Campanário

77. A etapa do recebimento em que se verifica a integridade física da embalagem e o confronto entre o que consta na Nota Fiscal e o que foi efetivamente entregue pelo fornecedor é denominada:

- a) Armazenagem.
- b) Conferência Quantitativa.
- c) Expedição de Pedidos.
- d) Inventário Cíclico.
- e) Registro Patrimonial.

78. Para garantir que materiais com prazo de validade curto não fiquem obsoletos no estoque, o almoxarife deve utilizar o método de saída:

- a) UEPS (Último a Entrar, Primeiro a Sair).
- b) Lote Econômico de Compra (LEC).
- c) Just-in-Time.
- d) PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair).
- e) Curva de Criticidade XYZ.

79. O sistema de armazenamento em que cada item possui um endereço fixo e predeterminado, facilitando a memorização pelos operadores, mas resultando em menor aproveitamento de espaço, chama-se:

- a) Localização Aleatória.
- b) Endereçamento por Zona.
- c) Localização Fixa.
- d) Verticalização de Carga.
- e) Armazenagem Dinâmica.

80. Um inventário realizado para atender a uma necessidade urgente de verificação após a suspeita de um erro sistêmico ou um furto, fora do calendário previsto, é classificado como:

- a) Inventário Geral.
- b) Inventário Ordinário.
- c) Inventário Periódico.
- d) Inventário Rotativo.
- e) Inventário Extraordinário.

81. O "Estoque de Segurança" (ou estoque mínimo) tem como função principal:

- a) Garantir que o capital da empresa fique totalmente imobilizado.
- b) Proteger a organização contra incertezas na demanda ou atrasos dos fornecedores.
- c) Aumentar o custo de manutenção de estoque para fins tributários.
- d) Forçar o almoxarifado a operar em sua capacidade máxima.
- e) Substituir a necessidade de se fazer inventários anuais.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + AGENTES PÚBLICOS + CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + DESCENTRALIZAÇÃO

Fabiano Pereira

82. O Presidente da República editou um decreto regulamentar para disciplinar a execução de determinada lei federal. Parlamentares sustentaram que o decreto criou obrigações e restrições além do que a lei autorizava, extrapolando os limites do poder regulamentar.

Ao mesmo tempo, no âmbito interno da Câmara dos Deputados, Marina, servidora, recebeu decisão administrativa desfavorável em processo funcional e interpôs recurso para a autoridade superior competente, buscando revisão do ato.

Em paralelo, Eduardo, administrado diretamente afetado por ato administrativo do Executivo, pretende levar a controvérsia ao Judiciário, alegando que o ato é ilegal; contudo, também deseja que o juiz substitua a escolha administrativa por outra que considere mais conveniente e oportuna.

No que se refere ao controle da Administração, assinale a opção **correta**.

- a) O controle judicial pode substituir a avaliação administrativa e revogar atos do Executivo e do Legislativo quando entender que a solução adotada foi inconveniente, pois o mérito é plenamente revisável em juízo.
- b) O controle exercido pela própria Administração é sempre controle externo, porque pressupõe fiscalização por órgão estranho à estrutura do Poder que praticou o ato.
- c) O controle legislativo pode sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação, tratando-se de providência distinta de revogação.
- d) O recurso administrativo exaure a via de impugnação, tornando incompatível o acesso posterior ao Judiciário, sob pena de violação à separação de Poderes.

e) O controle interno não decorre de autotutela e não pode ocorrer quando Judiciário e Legislativo praticam atos administrativos no âmbito de suas atividades internas.

83. No Município de Santa Helena, foi celebrado contrato administrativo para execução de obra pública. Durante a execução contratual, o Tribunal de Contas do Estado realizou fiscalização sobre a regularidade das despesas realizadas.

Paralelamente, um cidadão ingressou com ação popular, alegando ilegalidade em cláusulas do contrato, o que levou o Poder Judiciário a analisar o ato administrativo. Ao mesmo tempo, o prefeito determinou a revisão interna do procedimento, com base no dever de autotutela administrativa.

Com base no controle da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

a) As três situações configuram exclusivamente controle administrativo, pois todo controle da atividade estatal decorre do exercício do poder de autotutela pela Administração Pública.

b) O controle exercido pelo Tribunal de Contas possui natureza jurisdicional, uma vez que suas decisões produzem efeitos definitivos e são dotadas de coisa julgada material.

c) A fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas impede que o Poder Judiciário exerça controle posterior sobre o mesmo ato administrativo.

d) A revisão promovida pelo prefeito configura controle externo, por incidir sobre atos praticados por órgãos distintos dentro da estrutura administrativa municipal.

e) A atuação do Poder Judiciário limita-se à análise da legalidade do ato administrativo, sendo-lhe vedado apreciar o mérito administrativo, consistente nos juízos de conveniência e oportunidade.

84. No que se refere ao controle judicial da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

a) O controle judicial dos atos administrativos pode ocorrer de ofício pelo Poder Judiciário, independentemente de provocação do interessado, sempre que o magistrado entender que determinado ato administrativo viola o interesse público.

b) O controle judicial possui natureza externa e incide sobre a legalidade dos atos administrativos, podendo o Poder Judiciário anular aqueles que contrariem o ordenamento jurídico ou os princípios gerais do Direito.

c) O controle judicial tem como característica principal a análise da conveniência e oportunidade do ato administrativo, podendo o magistrado substituir a decisão da Administração pela que considerar mais adequada ao interesse público.

d) O controle judicial somente alcança atos vinculados, sendo vedada qualquer análise sobre atos discricionários, ainda que haja ilegalidade ou violação de princípios administrativos.

e) O controle judicial é exercido internamente pelo Poder Judiciário sobre os atos praticados pelo próprio Poder Executivo, por se tratar de órgão integrante da estrutura estatal.

85. No que se refere ao controle legislativo da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

- a) O controle legislativo é sempre interno, pois ocorre dentro da estrutura do próprio Poder Legislativo, não alcançando atos administrativos praticados por outros Poderes.
- b) O controle legislativo possui natureza exclusivamente financeira, sendo exercido apenas sobre receitas, despesas e execução orçamentária, sem interferência em atos administrativos de natureza política.
- c) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem ser criadas para apuração de fato determinado e por prazo certo, possuindo poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, como convocação de testemunhas e requisição de documentos.
- d) O pedido de informações formulado pelo Poder Legislativo não gera consequências jurídicas caso não seja atendido pela autoridade competente dentro do prazo constitucional.
- e) O controle legislativo restringe-se à Administração Direta, não alcançando entidades da Administração Indireta, como autarquias e sociedades de economia mista.

86. Acerca das diferenças entre Administração Pública Direta e Administração Pública Indireta, bem como da natureza das entidades que as integram, assinale a opção **correta**.

- a) A Administração Pública Direta é composta pelas entidades administrativas dotadas de personalidade jurídica própria, como autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, criadas para atuar com autonomia técnica e financeira.
- b) A Administração Pública Indireta é formada pelos órgãos que integram a estrutura da Presidência da República, dos ministérios e das secretarias, os quais atuam sem personalidade jurídica própria.
- c) As autarquias e fundações públicas de direito público são criadas diretamente por lei específica, adquirindo personalidade jurídica com a própria lei, enquanto empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado têm sua criação apenas autorizada por lei, exigindo atos posteriores para sua constituição.
- d) A Administração Pública Indireta é formada por órgãos subordinados às pessoas políticas, sem personalidade jurídica própria, destinados apenas a auxiliar a execução das atividades administrativas.
- e) A Administração Pública Direta é composta exclusivamente por entidades administrativas dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que executam atividades administrativas por delegação do poder público.

87. O prefeito de um município, com o objetivo de melhorar a eficiência da prestação de serviços públicos, decidiu reorganizar a estrutura administrativa local. Inicialmente, encaminhou projeto de lei criando uma autarquia municipal responsável pela gestão e fiscalização do sistema de transporte coletivo urbano.

Posteriormente, determinou que a Secretaria Municipal de Educação passasse por uma reorganização interna, com a criação de novos departamentos e coordenações para aperfeiçoar a execução das políticas educacionais.

Considerando a organização da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

- a) A criação da autarquia municipal e a criação dos novos departamentos internos caracterizam, em ambos os casos, hipóteses de desconcentração administrativa, pois envolvem reorganização da estrutura estatal.
- b) A criação da autarquia municipal caracteriza descentralização administrativa, por envolver a criação de pessoa jurídica distinta, enquanto a criação dos departamentos internos na Secretaria caracteriza desconcentração administrativa.
- c) A criação da autarquia municipal caracteriza centralização administrativa, pois o município continua responsável pelo serviço, enquanto a criação dos departamentos internos caracteriza descentralização.
- d) Tanto a criação da autarquia municipal quanto a criação dos departamentos internos na Secretaria configuram descentralização administrativa, pois houve reorganização das atividades administrativas.
- e) A criação da autarquia municipal caracteriza desconcentração administrativa, pois ocorre dentro da estrutura organizacional do município, sem criação de nova pessoa jurídica.

88. No Município fictício de Santa Aurora, a prefeita Beatriz decidiu instituir duas entidades para atuação no setor de mobilidade urbana.

A primeira, denominada ViaSol, foi concebida como pessoa jurídica de direito privado, formada com capital integralmente público e com possibilidade de adoção de qualquer forma jurídica admitida em lei.

A segunda, denominada MetroLeste, foi estruturada como sociedade anônima, com participação concomitante de capital público e privado, permanecendo o controle acionário votante com o poder público.

Em razão de dúvidas surgidas na assessoria jurídica do Município, foi solicitado parecer sobre a correta qualificação dessas entidades e sobre alguns efeitos decorrentes de sua natureza jurídica.

À luz das características apresentadas, assinale a alternativa **correta**.

- a) ViaSol é empresa pública e MetroLeste é sociedade de economia mista; além disso, a primeira pode assumir qualquer forma jurídica prevista em lei, enquanto a segunda deve necessariamente ser constituída sob a forma de sociedade anônima.
- b) ViaSol é sociedade de economia mista, porque toda entidade estatal de direito privado integra essa categoria, ao passo que MetroLeste é empresa pública, pois o controle acionário estatal é o elemento central para a sua identificação.
- c) ViaSol e MetroLeste são empresas públicas, pois o controle estatal é suficiente para enquadrar ambas nessa categoria, sendo irrelevantes, para esse fim, a composição do capital e a forma societária adotada.
- d) ViaSol é autarquia e MetroLeste é sociedade de economia mista, uma vez que a titularidade estatal majoritária do capital é suficiente para conferir à primeira natureza de direito público.
- e) ViaSol é empresa pública e MetroLeste é sociedade de economia mista; todavia, ambas se submetem obrigatoriamente ao mesmo foro judicial em qualquer hipótese, sem distinção entre empresa pública federal, estadual ou municipal.

89. O Estado Alfa, com o objetivo de melhorar o atendimento prestado à população e tornar mais eficiente a execução de suas atividades administrativas, editou lei criando a Secretaria Estadual de Atendimento Integrado ao Cidadão.

Em seguida, a própria estrutura da Secretaria foi organizada em unidades regionais situadas em diferentes municípios, cada uma responsável por receber requerimentos, orientar administrados e encaminhar demandas aos setores competentes.

Em uma dessas unidades regionais, o servidor Marcos, no exercício regular de suas funções públicas, praticou ato administrativo que causou prejuízo material à cidadã Helena. Ao buscar orientação jurídica, Helena foi informada de que a unidade regional possuía CNPJ próprio para fins de gestão orçamentária e recebimento de recursos públicos.

No que se refere aos órgãos públicos, assinale a opção **correta**.

- a) a criação das unidades regionais caracteriza descentralização administrativa, pois a distribuição de atribuições entre diferentes repartições internas implica transferência da atividade administrativa para novas pessoas jurídicas;
- b) a existência de CNPJ próprio demonstra que a unidade regional possui personalidade jurídica, razão pela qual os atos praticados por seus agentes devem ser imputados diretamente a ela;
- c) a Secretaria Estadual e suas unidades regionais são entidades administrativas integrantes da Administração Indireta, pois exercem competências próprias e atuam com certo grau de organização interna;
- d) a criação das unidades regionais configura desconcentração administrativa, pois houve distribuição interna de competências dentro da estrutura de uma mesma pessoa jurídica, sem criação de nova pessoa jurídica;
- e) a organização e a criação de órgãos públicos podem ser realizadas livremente por decreto autônomo, ainda que a medida importe criação de novos órgãos ou aumento de despesa pública.

NOÇÕES DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

Acerca do assunto Instrumentos de Planejamento e Gestão, julgue os itens que se seguem.

90. Durante a transição governamental em determinado Estado, a equipe técnica do governador recém-eleito propôs alteração no calendário orçamentário para que o novo Plano Plurianual passasse a vigorar imediatamente no primeiro exercício do mandato, sob o argumento de que a implementação instantânea do programa de governo fortaleceria a legitimidade democrática das políticas públicas.

Ao analisar a proposta, a procuradoria do Estado esclareceu que a sistemática constitucional do PPA foi estruturada justamente para assegurar continuidade administrativa e integração entre ciclos governamentais.

À luz da disciplina constitucional do Plano Plurianual, assinale a afirmativa correta.

- a) O PPA possui vigência coincidente com o mandato eletivo do chefe do Poder Executivo, iniciando-se no primeiro ano do governo e encerrando-se no último.
- b) O PPA é aprovado anualmente em conjunto com a LDO, permitindo adequação contínua às prioridades governamentais.
- c) O PPA, embora plurianual, não possui efeito vinculante sobre os demais instrumentos orçamentários.
- d) O PPA possui natureza exclusivamente financeira, limitando-se à fixação de despesas de capital para o exercício seguinte.
- e) O PPA elaborado no primeiro ano de mandato inicia sua vigência no exercício financeiro seguinte e permanece até o encerramento do primeiro exercício do mandato subsequente.

91. Determinado ente federativo pretende iniciar a construção de um complexo hospitalar regional cuja execução financeira e física deverá ocorrer ao longo de quatro exercícios financeiros. Embora exista dotação específica na Lei Orçamentária Anual e previsão de prioridade na LDO, o empreendimento não foi incluído no Plano Plurianual vigente.

Durante reunião técnica, surgiram divergências acerca da possibilidade de início imediato da obra, diante da existência de recursos orçamentários disponíveis e da relevância social do investimento.

Com base na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) O investimento não poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PPA ou sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- b) A previsão da obra na LDO supre a ausência de inclusão no PPA, desde que se trate de investimento prioritário.
- c) A execução poderá ser iniciada, pois a existência de dotação na LOA é suficiente para legitimar despesas públicas.
- d) A autorização legislativa da LOA substitui integralmente a exigência constitucional de previsão no PPA.
- e) A vedação constitucional aplica-se apenas a obras custeadas com operações de crédito.

92. Ao elaborar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a equipe econômica de determinado Estado incluiu dispositivos relacionados às metas fiscais, prioridades governamentais, orientações para elaboração da Lei Orçamentária Anual, alterações na legislação tributária e critérios de atuação das agências financeiras oficiais de fomento.

Durante o debate parlamentar, um deputado sustentou que parte dessas matérias seria incompatível com a natureza jurídica da LDO, por invadir competência típica da LOA e do PPA.

Considerando a disciplina constitucional da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

- a) A LDO deve restringir-se às metas fiscais e à limitação de empenho, sendo inconstitucional a inclusão de temas tributários.
- b) A previsão de alterações na legislação tributária é incompatível com a função constitucional da LDO, por exigir lei específica.
- c) A LDO possui função de articulação entre planejamento estratégico e orçamento anual, abrangendo metas, prioridades e orientação para elaboração da LOA.
- d) A inclusão de diretrizes para atuação das agências financeiras oficiais de fomento caracteriza violação ao princípio da exclusividade orçamentária.
- e) A LDO não pode tratar de prioridades da Administração Pública, matéria reservada ao Plano Plurianual.

Acerca do assunto Programação e Execução Orçamentária e Financeira, julgue os itens que se seguem.

93. No contexto da execução financeira da despesa pública federal, determinada autarquia integrante da estrutura do Ministério da Infraestrutura recebeu recursos financeiros oriundos do órgão setorial de programação financeira ao qual se encontra vinculada. Posteriormente, parte desses recursos foi transferida para outra entidade pertencente a ministério diverso, responsável pela execução descentralizada de determinada ação governamental constante da LOA.

À luz das regras relativas à movimentação de recursos financeiros no âmbito do SIAFI, assinale a alternativa que identifica corretamente o mecanismo utilizado nessa segunda transferência financeira.

- a) provisão, por envolver descentralização de créditos entre órgãos distintos
- b) sub-repasse, pois a transferência ocorreu após descentralização orçamentária
- c) repasse, por envolver movimentação financeira entre órgãos distintos
- d) destaque, em razão da transferência externa de disponibilidade financeira
- e) cota, por decorrer de liberação efetuada pelo órgão central de programação financeira

94. O Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional celebrou Termo de Execução Descentralizada (TED) com uma universidade federal para desenvolvimento de estudo técnico relacionado à recuperação ambiental de bacias hidrográficas. Durante a execução, surgiu a necessidade de participação operacional de outra entidade federal especializada, hipótese expressamente prevista no plano de trabalho aprovado.

Considerando as disposições do Decreto nº 10.426/2020, assinale a afirmativa correta.

- a) A subdescentralização é vedada, pois o TED possui natureza personalíssima e intransferível.
- b) A descentralização via TED altera a titularidade originária do crédito orçamentário.
- c) A execução do TED somente pode ocorrer mediante contratação indireta de particulares.
- d) A subdescentralização poderá ocorrer, desde que haja previsão expressa no TED.
- e) O TED somente pode ser celebrado entre órgãos pertencentes ao mesmo ministério.

95. Após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo de determinado ente federativo editou ato normativo estabelecendo limites de movimentação financeira e cronograma mensal de desembolso, considerando as metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a expectativa de arrecadação para o exercício.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta.

- a) A programação financeira deve ser aprovada previamente pelo Poder Legislativo.
- b) O cronograma de desembolso possui natureza meramente facultativa.
- c) A programação financeira deverá ser estabelecida em até 30 dias após a publicação dos orçamentos.
- d) As metas bimestrais de arrecadação independem da programação financeira.
- e) O cronograma mensal de desembolso substitui o mecanismo de limitação de empenho.

**ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA***Antônio Daud*

96. Felipe formulou pedido de acesso a dados sobre a execução orçamentária de um ministério federal. A unidade responsável negou o acesso, sem indicar fundamento legal específico para a recusa. Inconformado, Felipe deseja recorrer. Seu advogado o orienta a percorrer todas as instâncias recursais previstas na LAI antes de acionar a Controladoria-Geral da União.

Sobre a sequência recursal prevista na Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O recurso deve ser interposto diretamente à CGU, que centraliza toda a revisão de pedidos de acesso no âmbito federal.
- b) A sequência recursal prevista seria: autoridade hierarquicamente superior → autoridade máxima do órgão → CGU → Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).
- c) Após o indeferimento, Felipe pode recorrer diretamente à CMRI, suprimindo as instâncias intermediárias, quando a negativa for imotivada.
- d) O prazo para interposição de recurso à autoridade hierarquicamente superior é de 20 dias a contar da ciência da decisão.
- e) A CGU somente analisa o recurso após esgotadas as instâncias internas do órgão, sendo sua decisão irrecurável na esfera administrativa

97. Matusalém e Noé, ao estudarem a regras legais sobre Acesso à Informação, afirmaram corretamente a Caim que:

- a) é de 10 anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como reservadas.
- b) primariedade diz respeito à qualidade da informação não modificada quanto à sua origem.
- c) as informações de interesse público podem ser divulgadas, a critério da autoridade competente, em portais dos órgãos públicos disponibilizados na internet.
- d) o tratamento de informação sigilosa resultante de acordos internacionais atenderá às normas brasileiras, ainda que em descumprimento às recomendações constantes desses instrumentos.
- e) constitui conduta ilícita passível de responsabilização do agente a subtração de documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

98. Tomando por base aspectos conceituais da Ética no serviço público, marque a alternativa correta:

- a) A ética tem caráter temporário e mutável, eis que tem por objeto os hábitos e costumes de determinados grupos sociais.
- b) A ética finalista considera que o comportamento humano é movido por uma força, pautando-se naquilo que move a conduta humana.
- c) A moral nada mais é que o ramo da filosofia que tem por objetivo o estudo da ética.
- d) A moralidade administrativa possui aspecto subjetivo, uma vez que depende das convicções e concepções pessoais do agente público, não possuindo dimensão jurídica.
- e) A ética representa o ramo da filosofia que estuda a moral, enquanto conjunto de valores e princípios de determinado indivíduo ou sociedade.

**ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CÓDIGO DE
ÉTICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Rodrigo Bet

- 99.** Considerando a sistemática de competências para a classificação de sigilo estabelecida pela Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta:
- a) O prazo máximo de sigilo para informações classificadas como secretas é de 20 anos, sendo esta uma competência exclusiva dos Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica.
 - b) O Vice-Presidente da República possui competência para classificar documentos apenas nos graus ultrassecreto e secreto, delegando obrigatoriamente a classificação do grau reservado a subordinados.
 - c) Titulares de empresas estatais possuem atribuição legal para classificar informações no grau ultrassecreto, desde que a divulgação ponha em risco a soberania nacional.
 - d) O Presidente da República e os Ministros de Estado detêm competência para classificar informações em qualquer um dos três graus de sigilo: ultrassecreto, secreto ou reservado.
 - e) A autoridade que exerce função de direção nível DAS 101.5 possui a mesma amplitude de competência que um Ministro de Estado, podendo classificar documentos por até 25 anos.
- 100.** Sobre as sanções administrativas previstas na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), assinale a alternativa correta:
- a) A multa administrativa será sempre fixada no valor mínimo de R\$ 100 mil, independentemente do faturamento da empresa.
 - b) As sanções administrativas somente podem ser aplicadas de forma isolada, sendo vedada a cumulação.
 - c) A publicação extraordinária da condenação deve ocorrer exclusivamente em jornal impresso de circulação nacional.
 - d) A aplicação das sanções administrativas não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado.
 - e) A instauração do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) depende de autorização judicial prévia.

Peça Técnica

Situação Hipotética:

No ano de 2026, o Estado "Gama" enfrentou um cenário fiscal de alta complexidade. Inicialmente, o Poder Executivo precisou adotar medidas para socorrer as vítimas de um desastre natural sem precedentes, evento fático totalmente ausente nas previsões da Lei Orçamentária Anual (LOA). Meses depois, a equipe governamental concebeu um projeto para instituir uma política pública inédita de fomento à cultura local, iniciativa também não contemplada no orçamento original. Por fim, o governador identificou que a verba originariamente aprovada na LOA para a manutenção das rodovias estaduais mostrava-se financeiramente escassa para a conclusão do ano. Para concretizar as três medidas, a administração utilizou mecanismos de retificação do orçamento, com estrita observância às normas financeiras, aos limites temporais e à indicação de fontes garantidoras.

Comando da Questão:

Considerando a situação hipotética e a disciplina da Lei 4.320/1964 e da Constituição Federal acerca das alterações orçamentárias, redija um texto dissertativo abordando, obrigatoriamente, os cinco tópicos questionadores a seguir:

1. A classificação e o conceito das três espécies de créditos adicionais utilizados para sanar os eventos descritos.
2. Os instrumentos normativos exigidos para a autorização legislativa e para a respectiva abertura de cada modalidade.
3. A regra geral de vigência temporal dos créditos e a sua relação com o princípio da anualidade.
4. Os requisitos constitucionais e legais que autorizam a reabertura lícita de créditos no exercício financeiro subsequente.
5. As fontes de financiamento expressamente admitidas pelo ordenamento jurídico para suportar a abertura de tais créditos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão Discursiva 1

Texto Motivador:

A gestão estratégica requer muito mais do que apenas a formulação de planos teóricos; ela demanda a tradução das diretrizes em ações operacionais concretas e mensuráveis. No contexto contemporâneo corporativo e público, ferramentas que equilibram indicadores puramente financeiros com outras dimensões organizacionais provaram-se essenciais para o monitoramento efetivo e a avaliação de desempenho contínua.

Comando da Questão:

Com base na situação descrita e no cenário do planejamento corporativo e governamental, elabore um texto dissertativo acerca do modelo "Balanced Scorecard" (BSC). Em seu texto, aborde, obrigatoriamente, os seguintes tópicos questionadores:

1. O conceito central e o objetivo principal da referida metodologia.
2. As quatro perspectivas estratégicas propostas pelo modelo e sua lógica de equilíbrio.
3. A finalidade do mapa estratégico e a forma como o valor é criado e evidenciado nesse contexto.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 2

Texto Motivador:

O ambiente corporativo e governamental atual caracteriza-se por incertezas e inovações constantes. Para sobreviver e prosperar, as instituições precisam superar a rigidez dos modelos burocráticos tradicionais. A escolha do desenho organizacional dita a velocidade de resposta às demandas do mercado e a capacidade de integração entre especialistas. Nessa esteira, emergem estruturas híbridas e contemporâneas, elaboradas para otimizar recursos, alavancar a eficiência e, em muitos casos, transpor as próprias barreiras físicas e jurídicas da entidade.

Comando da Questão:

Considerando o cenário descrito e os conceitos inerentes aos desenhos estruturais orgânicos, redija um texto dissertativo acerca das abordagens organizacionais modernas. Em sua redação, aborde obrigatoriamente os três tópicos questionadores a seguir:

1. O conceito e a principal característica de autoridade da departamentalização matricial.
2. Duas vantagens e duas desvantagens associadas à adoção da estrutura matricial.
3. A definição da organização em rede e os seus principais benefícios para a adaptação ambiental.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 3

Texto Motivador:

A reforma do Estado brasileiro, impulsionada a partir da década de 1990, buscou superar os entraves burocráticos por meio da transferência da execução de serviços sociais não exclusivos para entidades do Terceiro Setor. Nesse contexto, a administração gerencial concebeu novas qualificações jurídicas para entidades privadas sem fins lucrativos, com o intuito de estabelecer parcerias orientadas por metas e resultados quantificáveis. A correta escolha e a aplicação das normas atinentes a essas qualificações são fundamentais para o fomento de atividades de interesse coletivo.

Comando da Questão:

Considerando a situação descrita e as normas que regem as entidades paraestatais, redija um texto dissertativo acerca das diferenças estruturais entre a Organização Social (OS) e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Em sua redação, aborde, obrigatoriamente, os três tópicos questionadores a seguir:

1. O instrumento jurídico utilizado para a formalização do vínculo em cada um dos modelos.
2. A natureza jurídica do ato de qualificação (discricionário ou vinculado) e a autoridade competente para a sua concessão em ambos os casos.
3. A exigência de tempo mínimo de funcionamento para a qualificação e a possibilidade ou vedação legal de uma mesma entidade ostentar ambos os títulos de forma simultânea.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 4

Texto Motivador:

O ambiente organizacional moderno requer respostas rápidas e inovadoras para lidar com cenários complexos. Para tanto, as instituições abandonam, de maneira progressiva, a centralização extrema e passam a adotar processos coletivos para a deliberação de pautas estratégicas. Embora o engajamento plural proporcione maior diversidade de perspectivas e eleve a qualidade das soluções, a dinâmica coletiva impõe desafios relativos à conformidade e ao tempo de resposta. Diante disso, o uso de ferramentas estruturadas torna-se imprescindível para organizar a participação dos membros e neutralizar falhas de comunicação interpessoal.

Comando da Questão:

Com base na situação descrita e na literatura sobre comportamento organizacional, redija um texto dissertativo acerca do processo de tomada de decisão em grupo. Em sua redação, atenda, obrigatoriamente, aos três tópicos questionadores a seguir:

1. Duas vantagens e duas desvantagens associadas à adoção da tomada de decisão em grupo.
2. O conceito da técnica de "*brainstorming*" e dois princípios norteadores de sua aplicação.
3. As características operacionais e a diferença central entre a Técnica de Grupo Nominal e a Técnica Delphi.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
